

**RODRIGO KLIPPEL**

Mestre em Direito.

Professor de graduação e pós-graduação da FDV.

Professor do Complexo Jurídico Renato Saraiva.

Diretor de Ensino da Associação  
Norte e Nordeste de

Professores de Processo (ANNEP).

**ANTÔNIO ADONIAS BASTOS**

Doutor e Mestre (Universidade Federal da Bahia – UFBA).

Professor de Teoria Geral do Processo e de Direito  
Processual Civil na UFBA e na Faculdade Baiana de Direito.

Professor na Pós-Graduação lato sensu em Direito  
Processual Civil em diversas Faculdades.

Advogado.

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

VOLUME ÚNICO

**Inclui:**

- Análise do teor das principais súmulas do STJ e do STF
- Análise de casos práticos oriundos da jurisprudência
- Análise de temas atuais que podem ser cobrados em provas discursivas de concursos públicos

4ª EDIÇÃO  
2014

 EDITORA  
JusPODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: [fale@editorajuspodivm.com.br](mailto:fale@editorajuspodivm.com.br)

**Conselho Editorial:** Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr.,  
Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar,  
Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho,  
Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** Caeté Coelho ([caete1984@gmail.com.br](mailto:caete1984@gmail.com.br))

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

**Copyright:** Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>33</b>
---------------------------	-----------

## PARTE 1 – TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL

### CAPÍTULO 1

<b>INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b> .....	<b>37</b>
---	-----------

1. Como começar o estudo da Ciência processual civil? .....	37
2. O que é teoria geral do processo?.....	37
3. O processo como método que regula o exercício da jurisdição e o conceito de lide .....	41
4. Requisitos de admissibilidade e mérito .....	45
4.1. Lide e mérito .....	45
4.2. Requisitos de admissibilidade do julgamento de mérito.....	47
5. Direito material e direito processual (a instrumentalidade do processo) .....	50
5.1. Direito material x direito processual – definição.....	50
5.2. A segurança jurídica e as relações entre direito material e processual.....	53
6. Breve histórico do processo civil brasileiro.....	55

### CAPÍTULO 2

<b>JURISDIÇÃO</b> .....	<b>59</b>
-------------------------	-----------

1. Os conceitos clássicos de jurisdição .....	59
1.1. A jurisdição segundo Francesco Carnelutti.....	59
1.2. A jurisdição segundo Piero Calamandrei .....	60
1.3. A jurisdição segundo Giuseppe Chiovenda .....	60
1.3.1. A jurisdição como função do Estado.....	61
1.3.2. A jurisdição e seus caracteres concreto e substitutivo .....	61
1.3.3. A jurisdição, a cognição e a execução .....	63
1.4. O conceito de Chiovenda ainda é atual em nosso contexto jurídico?.....	64
2. Principais características da jurisdição .....	64
2.1. Substitutividade.....	64
2.2. Imparcialidade.....	65
2.3. Indelegabilidade .....	67
2.4. Inevitabilidade.....	67
3. Classificações da Jurisdição .....	67
3.1. Estatal e arbitral .....	67
3.2. Cível e penal .....	69
3.3. Contenciosa e voluntária .....	70
3.4. Individual e coletiva.....	71
4. Órgãos que exercem a jurisdição cível no Brasil .....	71

**CAPÍTULO 3****PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL (QUE REGULAM O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO).....**

	<b>75</b>
1. Introdução .....	75
2. Princípios constitucionais .....	76
2.1. Devido processo legal (art. 5º, LIV) .....	76
2.2. Princípio do Amplo Acesso à Justiça (Inafastabilidade do Poder Jurisdicional) (art. 5º, XXXV).....	81
2.2.1. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 16/07/34 .....	82
2.2.2. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 10/11/37.....	82
2.2.3. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 18/09/46.....	83
2.2.4. Constituição do Brasil – 24/01/67.....	84
2.2.5. Ato Institucional nº 5 – 13/12/68 .....	84
2.2.6. Constituição da República Federativa do Brasil – 17/10/69 .....	85
2.2.7. Constituição da República Federativa do Brasil – 05/04/88 .....	86
2.2.8. Casos concretos em que foi alegado o ferimento ao princípio da inafastabilidade do poder jurisdicional (acesso à justiça).....	87
2.3. Princípio da isonomia (art. 5º, caput).....	93
2.4. Princípio do contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV) .....	100
2.5. Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII) .....	107
2.6. Princípio da publicidade (art. 5º, LX) .....	112
2.7. Princípio da proteção à coisa julgada (art. 5º, XXXVI) .....	113
2.8. Princípio da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII) .....	118
2.9. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	119
2.10. Princípio da proibição das provas ilícitas (art. 5º, LVI).....	119
2.11. Princípio da motivação das decisões judiciais (art. 93, IX) .....	122
3. Princípios infraconstitucionais.....	123
3.1. Princípio dispositivo .....	124
3.2. Princípio inquisitivo .....	133
3.3. Princípio da instrumentalidade das formas.....	134
3.4. Princípio da oralidade.....	134
3.5. Princípio da eventualidade.....	135
3.6. Princípio da inalterabilidade da demanda.....	136

**CAPÍTULO 4****DA DIVISÃO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDIACIONAL – A COMPETÊNCIA.....**

	<b>139</b>
1. Introdução .....	139
2. Conceito de competência e introdução ao seu estudo .....	139
3. Vocabulário essencial para a compreensão da divisão de competências.....	140
4. Competência internacional.....	142
4.1. A competência internacional exclusiva .....	143
4.2. A competência internacional concorrente .....	145
4.3. Litispêndia internacional .....	146
5. A competência interna .....	147
6. Os critérios para a determinação da competência .....	148
6.1. Critério material .....	150

6.2.	Critério pessoal.....	151
6.3.	Critério territorial .....	152
6.4.	Critério do valor da causa.....	155
6.5.	Critério funcional.....	155
7.	Perpetuação da jurisdição (perpetuatio iurisdictionis).....	158
8.	Prevenção .....	160
9.	Natureza e regime jurídico dos critérios determinantes da competência.....	161
10.	As modificações da competência (prorrogação da competência).....	163
10.1.	Prorrogação por vontade legal .....	163
10.2.	Prorrogação por vontade tácita.....	168
10.3.	Prorrogação por vontade expressa.....	168
11.	Método para a definição do órgão competente.....	170
12.	Declaração de incompetência.....	173
13.	Conflito de competência.....	175

**CAPÍTULO 5**

<b>DO DIREITO DE AÇÃO .....</b>	<b>179</b>	
1.	A evolução do conceito de ação .....	179
2.	Teoria Imanentista .....	180
2.1.	Um novo rumo na doutrina – a polêmica entre Windscheid e Muther .....	181
2.2.	A teoria imanentista no Brasil .....	183
3.	Teoria Concreta.....	184
3.1.	Teoria do Direito Potestativo .....	186
4.	Teoria Abstrata.....	187
4.1.	Teoria Eclética.....	189
4.2.	A teoria eclética e as condições da ação .....	191
4.3.	A recepção das teorias autonomistas no Brasil .....	193
5.	O direito de ação no ordenamento brasileiro.....	194
5.1.	Direito de Acesso ao Judiciário – Direito de Demandar .....	195
5.2.	Direito Processual de Ação (a adoção da Teoria Eclética pelo CPC) .....	196
5.3.	As condições da ação em espécie: a possibilidade jurídica do pedido.....	198
5.4.	Legitimidade ad causam.....	200
5.5.	Interesse processual.....	204
5.6.	Carência de ação e conseqüências .....	209
6.	Teoria da asserção .....	210
6.1.	Como aferir as condições da ação segundo a teoria da asserção .....	211
6.2.	Teoria da asserção e procedimento executivo .....	216
7.	Teoria da apresentação.....	217
8.	Elementos da ação.....	218
8.1.	Partes.....	218
8.2.	Causa de Pedir .....	219
8.2.1.	Causa de pedir remota ativa .....	220
8.2.2.	Causa de pedir remota passiva .....	222
8.2.3.	Resumo das noções sobre causa de pedir .....	224
8.3.	Pedido .....	225
8.4.	A utilização, na prática forense, dos elementos da ação.....	227

9.	Classificação das ações .....	231
9.1.	Ternária .....	232
9.2.	Quinária .....	232

**CAPÍTULO 6**

<b>PROCESSO .....</b>	<b>235</b>	
1.	Conceito de processo .....	235
2.	Relação processual e procedimento .....	236
3.	A sucessão dos atos processuais, os prazos, os ônus e a preclusão .....	243
3.1.	Preclusão temporal .....	248
3.2.	Preclusão consumativa .....	252
3.3.	Preclusão lógica .....	257
3.4.	Preclusão pro judicato .....	258
4.	Normas processuais .....	259
4.1.	Normas processuais indisponíveis e disponíveis .....	260
4.2.	Aplicação da norma processual no espaço .....	261
4.3.	Aplicação da norma processual no tempo .....	261
4.3.1.	Premissas para o desenvolvimento das regras de direito intertemporal aplicáveis ao direito processual civil .....	262
4.3.2.	Dedução da regra .....	262
5.	Pressupostos processuais .....	265
5.1.	Pressupostos processuais de existência e de validade .....	268
5.2.	Pressupostos processuais de validade .....	270
5.2.1.	Petição inicial apta .....	270
5.2.2.	Competência .....	270
5.2.3.	Citação válida .....	271
5.2.4.	Capacidade processual ou de estar em juízo .....	271
5.2.5.	Capacidade postulatória: pressuposto de validade ou de existência processual? .....	272
5.3.	Pressupostos processuais negativos .....	275
5.4.	Pressupostos processuais voltados à proteção dos interesses das partes e pressupostos processuais voltados à proteção dos interesses do Estado-juiz .....	275
6.	Sujeitos do processo .....	280
7.	Sujeitos do processo: a pluralidade de partes (litisconsórcio) .....	283
7.1.	Hipóteses em que é cabível formar o litisconsórcio .....	283
7.2.	Classificações do litisconsórcio .....	286
7.2.1.	Litisconsórcio unitário e simples .....	286
7.2.2.	Litisconsórcio necessário e facultativo .....	293
7.2.3.	Litisconsórcio inicial e ulterior .....	298
8.	Partes, terceiros e sua intervenção no processo .....	300
8.1.	Conceito de terceiro .....	301
8.2.	O elemento central no estudo da intervenção de terceiros: o interesse jurídico .....	301
8.3.	O interesse jurídico e sua relação com as modalidades de intervenção de terceiros .....	303
8.4.	Ainda sobre as intervenções de terceiro em geral: algumas características .....	304
9.	Assistência .....	306

9.1.	Por que a assistência não se localiza no capítulo do CPC que regula a intervenção de terceiros?.....	307
9.2.	As modalidades de assistência .....	308
9.2.1.	Assistência litisconsorcial.....	308
9.2.2.	Assistência simples .....	310
9.3.	As diferenças de regime jurídico entre as duas modalidades de assistência (poderes do assistente) .....	311
9.3.1.	Assistente simples.....	312
9.3.2.	O assistente simples como “gestor de negócios” .....	313
9.3.3.	Assistente litisconsorcial .....	314
9.4.	Procedimento .....	315
9.5.	O cabimento da assistência nos diversos procedimentos jurisdicionais civis.....	315
10.	Oposição .....	316
10.1.	Aspectos introdutórios .....	316
10.2.	Principais características procedimentais.....	316
11.	Nomeação à autoria .....	318
12.	Denúnciação da lide .....	321
12.1.	Aspectos introdutórios .....	321
12.2.	As hipóteses de cabimento da denúnciação da lide.....	323
12.3.	Características da denúnciação da lide.....	324
12.4.	O papel do denunciado à lide no contexto da ação principal e da denúnciação da lide.....	328
12.5.	A denúnciação da lide e os procedimentos jurisdicionais.....	329
12.6.	Os honorários advocatícios de sucumbência e a denúnciação da lide.....	331
13.	Chamamento ao processo .....	332
13.1.	A situação de material tutelada pelo chamamento: solidariedade passiva .....	332
13.2.	Características processuais do chamamento ao processo .....	333
13.3.	O chamamento ao processo e a norma do art. 1.698 do CC.....	334
14.	Intervenção iussu iudicis – o que é? .....	335
<b>CAPÍTULO 7</b>		
<b>NULIDADES PROCESSUAIS.....</b>		<b>337</b>
1.	As nulidades processuais e a instrumentalidade do processo (princípio da instrumentalidade das formas).....	337
2.	O encadeamento dos atos processuais e as peculiaridades que gera no campo das nulidades .....	340
3.	Nulidades no campo do direito civil e no campo do direito processual civil .....	342
4.	Tipologia das nulidades processuais.....	343
<b>CAPÍTULO 8</b>		
<b>TEORIA GERAL DA PROVA .....</b>		<b>347</b>
1.	Conceito de prova.....	347
2.	Natureza jurídica da prova.....	347
3.	Princípios atinentes à prova .....	348
3.1.	Comunhão da prova .....	348
3.2.	Princípio da atipicidade dos meios de prova .....	349
4.	Sistemas ou regimes probatórios .....	349
5.	Objeto de prova.....	351

6.	Momento da prova .....	352
7.	As preclusões e a prova .....	353
8.	Máximas de experiência .....	354
9.	Ônus da prova no processo civil .....	355
9.1.	Conceito de ônus .....	355
9.2.	Conceito de ônus da prova .....	356
9.3.	A distribuição do ônus da prova .....	357
9.4.	Funções do ônus da prova no processo civil (ônus subjetivo e ônus objetivo da prova) .....	359
10.	O ônus da prova no CDC .....	362
10.1.	Considerações iniciais.....	363
10.2.	Verossimilhança ou Hipossuficiência do Consumidor .....	365
10.3.	Momento de se inverter o ônus da prova .....	367
11.	Prova emprestada.....	371

## PARTE 2 – PROCEDIMENTO COGNITIVO EM 1º GRAU

### CAPÍTULO 1

<b>AS ESPÉCIES DE PROCEDIMENTO .....</b>	<b>375</b>
1. As espécies de procedimento em geral .....	375
2. Procedimentos especiais .....	379
3. Procedimento comum .....	381
3.1. Procedimento comum sumário .....	381
3.1.1. O procedimento sumário e o art. 275, I do CPC (valor da causa) .....	381
3.1.2. O procedimento sumário e o art. 275, II do CPC.....	384
3.1.3. O procedimento sumário e o art. 277, § 5º do CPC .....	385
3.1.4. As principais características do procedimento sumário.....	386
3.2. Procedimento comum ordinário .....	389
4. Procedimentos diferenciados (Juizados Especiais Cíveis, mandado de segurança, ação monitória) .....	392
5. Procedimentos voltados à tutela de direitos individuais e coletivos.....	395
5.1. A classificação dos direitos coletivos lato sensu.....	396
5.2. Métodos aptos a tutelar os direitos coletivos ou metaindividuais.....	401
6. A modificação e a adaptação do procedimento .....	402

### CAPÍTULO 2

<b>PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>407</b>
1. Aspectos introdutórios .....	407
2. Elementos que compõem a petição inicial no procedimento comum ordinário.....	408
2.1. Indicação do juízo a que é dirigida .....	408
2.2. Indicação e qualificação das Partes .....	408
2.3. Causa de pedir e pedido (art. 282, III, IV) .....	410
2.4. Valor da causa (art. 282, V) .....	411
2.5. As provas que se pretende produzir (art. 282, VI).....	411
2.6. Requerimento de citação do réu (art. 282, VII) .....	412
2.7. Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	412
3. A análise, pelo juiz, da petição inicial .....	413
3.1. O indeferimento da petição inicial com base no art. 285-A do CPC.....	414



**CAPÍTULO 3**

<b>CITAÇÃO .....</b>	<b>421</b>
1. Aspectos introdutórios .....	421
2. Efeitos da citação .....	424
2.1. Efeitos materiais da citação .....	425
2.1.1. A constituição em mora .....	425
2.1.2. A interrupção da prescrição .....	429
2.2. Efeitos processuais da citação .....	433
2.2.1. A citação e a litigiosidade da coisa .....	433
2.2.2. Prevenção .....	433
2.2.3. Litispendência .....	435
2.2.4. Estabilização da demanda .....	436

**CAPÍTULO 4**

<b>RESPOSTA DO RÉU .....</b>	<b>437</b>
1. Introdução .....	437
2. Defesa – aspectos gerais .....	437
3. Espécies de defesa: a contestação .....	439
3.1. Conteúdos da contestação: defesas processuais e de mérito .....	440
3.1.1. Defesas processuais .....	440
3.1.2. Defesas de mérito .....	443
3.2. Diretrizes (princípios) para o exercício do direito de contestar e, regra geral, do direito de se defender .....	444
3.2.1. Princípio da eventualidade .....	444
3.2.2. Ônus da impugnação especificada .....	445
3.3. A falta de contestação – revelia .....	446
4. Exceções .....	447
4.1. Regramento comum às exceções (arts. 304 a 306 do CPC) .....	447
4.1.1. Legitimidade ativa (quem pode opor as exceções) .....	448
4.1.2. Prazo para a oposição das exceções .....	449
4.1.3. Demais aspectos procedimentais comuns às exceções .....	449
4.2. Exceção de incompetência (arts. 307 a 311 do CPC) .....	450
4.3. Exceções de impedimento e de suspeição (arts. 312 a 314 do CPC) .....	451
5. Reconvenção .....	451
5.1. Cabimento (art. 315 do CPC) .....	452
5.2. Legitimidade .....	454
5.3. Procedimento .....	455
6. Ação declaratória incidental .....	456

**CAPÍTULO 5**

<b>FASE DE SANEAMENTO DO PROCESSO .....</b>	<b>459</b>
1. Aspectos introdutórios .....	459
2. Providências preliminares .....	459
2.1. O réu não contesta (revel) .....	459
2.2. O réu contesta e não apresenta defesas processuais ou de mérito indiretas .....	460
2.3. O réu contesta e apresenta defesas preliminares e/ou de mérito indiretas .....	461

3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	462
3.1.	A extinção do processo fundada nos arts. 329 e 330 do CPC.....	462
3.2.	Audiência preliminar e despacho saneador .....	464
<b>CAPÍTULO 6</b>		
<b>PROVAS EM ESPÉCIE .....</b>		<b>467</b>
1.	Provas em espécie – introdução .....	467
2.	Depoimento pessoal.....	467
3.	Confissão .....	468
4.	Exibição de documento ou coisa .....	469
5.	Prova documental.....	470
5.1.	Incidente de argüição de falsidade documental.....	472
6.	Prova testemunhal.....	473
7.	Prova pericial .....	475
8.	Inspeção judicial .....	478
<b>CAPÍTULO 7</b>		
<b>AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....</b>		<b>479</b>
1.	Generalidades.....	479
2.	Procedimento .....	480
<b>CAPÍTULO 8</b>		
<b>SENTENÇA .....</b>		<b>483</b>
1.	Introdução: a classificação da sentença e dos demais pronunciamentos dos juízes singulares e dos tribunais .....	483
2.	Classificações da sentença .....	487
2.1.	Sentenças terminativas e de mérito .....	487
2.1.1.	Sentenças terminativas (art. 267 do CPC) .....	489
2.2.	Sentenças típicas e atípicas .....	495
2.3.	Sentenças segundo a natureza do pronunciamento jurisdicional (declaratórias, constitutivas, condenatórias, mandamentais e executivas lato sensu).....	495
3.	A cognição do órgão jurisdicional realizada na sentença (seus aspectos horizontal e vertical) .	497
4.	Elementos e nulidades da sentença .....	498
<b>CAPÍTULO 9</b>		
<b>COISA JULGADA .....</b>		<b>503</b>
1.	Aspectos introdutórios .....	503
2.	Coisa julgada material (ou coisa julgada, autoridade da coisa julgada, autoridade da coisa julgada material).....	506
2.1.	A coisa julgada em Roma (coisa julgada como decisão judicial).....	506
2.2.	A coisa julgada como efeito da decisão judicial .....	507
2.3.	A coisa julgada como qualidade do conteúdo e dos efeitos da decisão judicial de mérito (a doutrina de Liebman) .....	508
2.4.	Limites objetivos.....	512
2.4.1.	Os limites objetivos da coisa julgada e os arts. 468 e 469 do CPC.....	513
2.4.2.	A autoridade civil da coisa julgada penal .....	517
2.4.3.	Autoridade da coisa julgada e as ações condenatórias de alimentos.....	520

2.5. Limites subjetivos .....	521
3. Coisa julgada formal .....	524
4. Trânsito em julgado .....	525

**CAPÍTULO 10**

<b>A RELATIVIZAÇÃO OU DESCONSIDERAÇÃO DA COISA JULGADA .....</b>	<b>529</b>
1. A relativização ou desconsideração da coisa julgada.....	529
2. A premissa principal da relativização da coisa julgada: não há valores jurídicos absolutos .....	533
3. Uma possível solução para o problema da impugnação da coisa julgada fora das hipóteses já previstas na legislação infraconstitucional (revisão atípica da coisa julgada).....	539
4. Continuação: as técnicas para a revisão atípica da coisa julgada, pela via da ação rescisória ...	547

**PARTE 3 – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO****CAPÍTULO 1**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>557</b>
1. A impugnação das decisões judiciais e os meios aptos a fazê-lo.....	557
2. Os erros in procedendo e os erros in iudicando .....	558
2.1. Error in procedendo .....	560
2.1.1. O error in procedendo e as nulidades processuais .....	565
2.2. O error in iudicando .....	573
3. Como corrigir os erros que maculam a validade e o conteúdo dos atos decisórios? .....	575

**CAPÍTULO 2**

<b>BREVE HISTÓRICO DA IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS .....</b>	<b>581</b>
1. A história dos recursos e das impugnações às decisões judiciais .....	581

**CAPÍTULO 3**

<b>RECURSOS.....</b>	<b>591</b>
1. Aspectos Introdutórios .....	591
2. Elementos caracterizadores dos recursos.....	593
2.1. Voluntariedade.....	595
2.2. A anulação, a reforma ou a integração de decisão judicial .....	595
2.3. A extensão da relação processual anteriormente instaurada .....	596

**CAPÍTULO 4**

<b>CLASSIFICAÇÕES ESSENCIAIS AO ESTUDO DOS RECURSOS .....</b>	<b>603</b>
1. Introdução .....	603
2. Classificações dos recursos .....	603
2.1. Recurso ordinário e recurso extraordinário (classificação segundo o objetivo imediato do recurso) .....	604
2.2. Recurso de fundamentação simples ou livre e recurso de fundamentação vinculada (classificação segundo a fundamentação do recurso).....	606
2.3. Recurso total e recurso parcial (classificação segundo a extensão da matéria impugnada) .....	607
2.4. Recurso principal e recurso adesivo (classificação segundo a forma de interposição do recurso).....	608

2.4.1. Sucumbência recíproca.....	609
2.4.2. A motivação para o uso do recurso adesivo .....	611
2.4.3. Características do recurso adesivo.....	612

**CAPÍTULO 5****PRINCÍPIOS PROCESSUAIS APLICÁVEIS AOS RECURSOS ..... 619**

1. Introdução .....	619
2. Princípio da taxatividade .....	619
3. Princípio da voluntariedade.....	620
4. Princípio da singularidade (unicidade ou unirrecorribilidade) .....	620
5. Princípio da colegialidade.....	621
6. Princípio da dialeticidade .....	622
7. Princípio dispositivo (princípio da proibição da reformatio in pejus).....	623
8. Princípio inquisitivo .....	625
9. Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias .....	625
10. Princípio da correspondência .....	626
11. Princípio da fungibilidade .....	627
12. Princípio da consumação.....	631
13. Princípio da complementaridade .....	631
14. Princípio da ineficácia das decisões recorríveis .....	633

**CAPÍTULO 6****JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS ..... 635**

1. Introdução .....	635
2. Juízo de admissibilidade dos recursos .....	639
2.1. Conteúdo.....	639
2.2. Requisitos intrínsecos de admissibilidade.....	641
2.2.1. Cabimento.....	641
2.2.2. Legitimidade recursal.....	648
2.2.3. Interesse recursal.....	656
2.2.4. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer .....	662
2.3. Requisitos extrínsecos de admissibilidade .....	669
2.3.1. Tempestividade.....	670
116. A Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.....	672
2.3.2. Preparo .....	679
2.3.3. Regularidade formal.....	682
2.4. Natureza jurídica e eficácia.....	686
3. Juízo de mérito dos recursos .....	688
4. A terminologia utilizada para designar o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos.....	691
5. Competência para os juízos de admissibilidade e de mérito dos recursos.....	692
5.1. Recursos interpostos no juízo a quo.....	693
5.2. Recursos interpostos diretamente no juízo responsável por julgar o mérito da impugnação.....	695
5.3. Em especial: o julgamento monocrático nos termos do art. 557 do CPC.....	695

**CAPÍTULO 7**

<b>EFEITOS DOS RECURSOS.....</b>	<b>703</b>
1. Aspectos introdutórios .....	703
2. Efeito devolutivo dos recursos.....	703
2.1. Extensão do efeito devolutivo (horizontal) .....	706
2.2. Profundidade do efeito devolutivo (vertical).....	707
2.3. A concatenação entre a extensão e a profundidade .....	709
2.4. O princípio da proibição da reformatio in pejus e sua relação com os limites do efeito devolutivo .....	711
2.5. Desdobramentos do efeito devolutivo (a doutrina de Nelson Nery Jr) .....	712
2.5.1. Efeito expansivo .....	712
2.5.2. Efeito translativo .....	713
3. Efeito regressivo .....	714
4. Efeito suspensivo .....	714
4.1. Efeito suspensivo ope legis.....	715
4.2. Efeito suspensivo ope judicis.....	716
4.3. Recursos não dotados de efeito suspensivo e nos quais o relator não tem poder para deferir efeito suspensivo .....	718
5. Efeito obstativo.....	719
6. Efeito substitutivo .....	720

**CAPÍTULO 8**

<b>APELAÇÃO .....</b>	<b>723</b>
1. Introdução .....	723
2. Admissibilidade e processamento .....	723
2.1. Cabimento .....	724
3.1. Devolutivo .....	725
3.2. Suspensivo.....	728

**CAPÍTULO 9**

<b>AGRAVO .....</b>	<b>731</b>
1. Introdução – as drásticas mudanças pelas quais passou o agravo desde sua concepção original.....	731
2. As espécies de agravo.....	732
3. Os agravos contra decisão proferida pelos juízes singulares: pontos comuns.....	732
3.1. Agravo retido.....	732
3.1.1. Admissibilidade e procedimento .....	733
3.1.2. Efeitos .....	736
3.2. Agravo de instrumento.....	736
3.2.1. Admissibilidade e procedimento .....	737
3.2.2. Efeitos .....	745
4. Os agravos contra decisões monocráticas proferidas pelos tribunais .....	747
4.1. Agravo interno.....	747
4.1.1. Admissibilidade e procedimento .....	749
4.1.2. Efeitos .....	753
4.1.3. A multa aplicada ao agravante devido à manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso .....	753

4.2. Agravo contra despacho denegatório de RE e RESP .....	754
: 4.2.1. Admissibilidade .....	755
5. Procedimento .....	759

**CAPÍTULO 10**

<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....</b>	<b>761</b>
1. Introdução .....	761
2. Admissibilidade.....	762
2.1. Cabimento.....	764
2.1.1. As decisões judiciais que podem ser objeto de embargos de declaração .....	765
2.1.2. As hipóteses de cabimento dos embargos de declaração .....	765
2.1.3. O significado da expressão “fundamento suficiente” e o julgamento dos embargos de declaração .....	769
2.1.4. Os embargos de declaração dos embargos de declaração .....	773
2.1.6. Os embargos de declaração e o seu recebimento como agravo interno .....	775
2.1.7. Obrigatoriedade ou facultatividade da oposição dos embargos de declaração .....	776
2.2. Interesse recursal .....	776
2.3. Tempestividade .....	777
2.4. Preparo .....	778
2.5. Regularidade formal .....	778
3. Efeitos dos embargos de declaração .....	779
3.1. Efeito devolutivo.....	779
3.2. Efeito suspensivo.....	780
3.3. Efeito integrativo do julgado .....	782
3.4. A interrupção ou a suspensão do prazo para a interposição de outros recursos.....	783
3.5. Efeito modificativo (infringente).....	784
3.6. A complementação do recurso interposto anteriormente aos declaratórios .....	785
4. O desvio de finalidade dos embargos de declaração: o propósito protelatório .....	786
4.1. Situações em que o uso dos embargos de declaração tem fim protelatório .....	788
4.2. A não incidência da multa do art. 538, parágrafo único.....	789
4.2.1. Embargos opostos pela parte a quem não interessa a demora do processo.....	789
4.2.2. A parte que opõe os embargos protelatórios é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita.....	790
4.2.3. O art. 24-A da Lei 9.028/95 isenta do pagamento da multa do art. 538, parágrafo único? .....	790
4.2.4. A dispensa da Fazenda Pública de realizar o depósito prévio da multa do art. 538, parágrafo único, parte final, do CPC.....	790
4.3. Multa por reiteração de embargos protelatórios aplicada de forma indevida: possibilidade de impugná-la e interposição de outro recurso sem recolhê-la.....	791
4.4. Como se configura a reiteração necessária ao acréscimo da multa .....	791

**CAPÍTULO 11**

<b>EMBARGOS INFRINGENTES.....</b>	<b>793</b>
1. Introdução .....	793
2. Admissibilidade dos embargos infringentes .....	794
2.1. Cabimento .....	796
2.1.1. Embargos infringentes contra acórdão de apelação.....	796

2.1.2.	Embargos infringentes contra acórdão de ação rescisória .....	803
2.1.3.	Os embargos infringentes e o desacordo parcial .....	807
2.1.4.	Os embargos infringentes adesivos .....	809
2.1.5.	Os embargos infringentes da Lei de Execução Fiscal .....	810
2.2.	Tempestividade .....	811
2.3.	Preparo .....	812
3.	Efeitos devolutivo e suspensivo .....	812

**CAPÍTULO 12**

<b>RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>815</b>
1. Introdução .....	815
2. Admissibilidade do recurso ordinário constitucional .....	816
2.1. O juízo de admissibilidade do recurso ordinário constitucional com função de apelação .....	816
2.1.1. Para quem interpor o recurso ordinário constitucional .....	817
2.1.2. Os possíveis resultados do juízo de admissibilidade a quo .....	817
2.1.3. A aplicação do art. 518, § 1º ao juízo de admissibilidade a quo do recurso ordinário constitucional .....	818
2.2. O juízo de admissibilidade do recurso ordinário constitucional com função de agravo de instrumento .....	819
2.3. Cabimento .....	819
2.3.1. As causas que dão origem ao recurso ordinário de competência do STF e do STJ .....	820
2.3.2. O sentido da expressão denegatória a decisão, referente ao recurso ordinário originado do julgamento dos writs constitucionais .....	821
2.3.3. Writ constitucional cujo dispositivo possua um capítulo concessivo de segurança e outro denegatório .....	822
2.3.4. O recurso ordinário das causas em que forem partes, de um lado, .....	823
2.3.5. A interposição do recurso ordinário sob a forma adesiva .....	823
2.4. Tempestividade .....	823
2.5. Preparo .....	824
3. Efeitos devolutivo e suspensivo .....	824

**CAPÍTULO 13**

<b>RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....</b>	<b>825</b>
1. Introdução .....	825
2. Admissibilidade: elementos comuns .....	827
2.1. Cabimento .....	828
2.1.1. Prévio esgotamento das instâncias ordinárias .....	828
2.1.2. Prequestionamento .....	830
2.1.3. Questões de fato e os recursos excepcionais (súmulas 5 e 7 do STJ; 279 e 454 do STF) .....	838
2.1.4. O RE e o RESP retidos .....	839
2.1.5. O RE e o RESP contra provimentos de urgência (análise das súmulas 86 e 735 do STF) .....	841

2.2.	O interesse recursal e as relações entre o RE e o RESP (prejudicialidade) .....	844
2.3.	Tempestividade .....	846
2.4.	Preparo .....	848
2.5.	Os recursos extraordinário e especial repetitivos .....	849
3.	Admissibilidade: peculiaridades do RE e do RESP .....	851
3.1.	As hipóteses de cabimento do RE descritas no art. 102, III da CF .....	851
3.1.1.	Art. 102, III, "a" – decisão contrariar dispositivo desta Constituição .....	852
3.1.2.	Art. 102, III, "b" – decisão declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	854
3.1.3.	Art. 102, III, "c" – decisão julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da CF .....	855
3.1.4.	Art. 102, III, "d" – decisão julgar válida lei local contestada em face de lei federal .....	856
3.2.	A repercussão geral no Recurso Extraordinário .....	856
3.3.	As hipóteses de cabimento do RESP descritas no art. 105, III da CF .....	857
3.3.1.	Art. 105, III, "a" – decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência .....	857
3.3.2.	Art. 105, III, "b" – decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	859
3.3.3.	Art. 105, III, "c" – decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal .....	860
4.	Efeitos .....	863
4.1.	Devolutivo .....	863
4.2.	Suspensivo .....	864

**CAPÍTULO 14**

<b>EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA .....</b>	<b>867</b>	
1.	Introdução .....	867
2.	Admissibilidade dos embargos de divergência .....	867
2.1.	Cabimento .....	868
2.1.1.	Primeira etapa: a decisão recorrida deve ser proferida por Turma .....	868
2.1.2.	Segunda etapa: a decisão recorrida tenha sido proferida no julgamento de Recurso Especial ou de Recurso Extraordinário .....	868
2.2.	Tempestividade .....	870
2.3.	Preparo .....	871
2.4.	Regularidade formal .....	871
3.	Competência para julgar os embargos de divergência .....	871
3.1.	Competência no STF .....	871
3.2.	Competência no STJ .....	872
4.	Efeitos devolutivo e suspensivo .....	872

**CAPÍTULO 15**

<b>REMESSA NECESSÁRIA .....</b>	<b>875</b>	
1.	Introdução .....	875
2.	Remessa necessária: precedentes históricos .....	875
3.	Natureza jurídica da remessa necessária .....	877
4.	A fundamentação jurídica e política da remessa necessária .....	880



5.	As hipóteses de cabimento da remessa necessária (possibilidade jurídica).....	881
5.1.	A remessa necessária e os embargos à execução fiscal parciais .....	884
5.2.	A remessa necessária é uma prerrogativa que se estende às empresas públicas e às sociedades de economia mista? .....	884
5.3.	A aplicação das regras dos §§ 2º e 3º do art. 475 à remessa necessária em mandado de segurança e em ação popular .....	886
5.4.	O cabimento da remessa necessária de acórdão que julga mandado de segurança originário de tribunal .....	889
5.5.	O que significa o termo “sentença proferida contra” o Poder Público, contida no art. 475 do CPC. Somente sentenças de mérito ou também sentenças terminativas?... ..	889
5.6.	Remessa necessária no processo em que tanto a parte ativa quanto a parte passiva da demanda sejam sujeitos regidos pelo direito público.....	893
5.7.	O cabimento dos embargos infringentes de acórdão que, ao julgar a remessa necessária, reformou, por maioria de votos, a sentença desfavorável à Fazenda Pública .....	893
5.8.	O julgamento monocrático da remessa necessária, com suporte no art. 557 do CPC....	894
5.9.	O cabimento da remessa necessária das sentenças que julgam improcedentes os embargos à “execução contra a Fazenda Pública” .....	895
5.10.	A reformatio in pejus na remessa necessária.....	896
5.11.	O não cabimento da remessa necessária e a condenação inferior a 60 salários mínimos.....	899

**CAPÍTULO 16****AÇÃO RESCISÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA .....** 903

1.	Aspectos gerais .....	903
1.1.	A natureza jurídica da ação rescisória .....	904
2.	Conceito e histórico .....	905
3.	Admissibilidade da rescisória .....	909
3.1.	Petição inicial.....	910
3.2.	Competência .....	917
3.3.	Condições da ação.....	932
3.3.1.	Possibilidade jurídica do pedido .....	933
3.3.2.	Legitimidade ad causam .....	953
3.3.3.	Interesse processual .....	960
4.	O juízo rescindente (judicium rescindens).....	964
4.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	964
4.2.	Juiz impedido ou absolutamente incompetente .....	969
4.3.	Dolo da parte vencedora ou colusão entre as partes.....	971
4.4.	Ofensa à coisa julgada .....	972
4.5.	Violação a literal disposição de lei.....	977
4.6.	Prova falsa .....	981
4.7.	Documento novo .....	983
4.8.	Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação .....	986
4.9.	Erro de fato.....	988
5.	O juízo rescisório (judicium rescisorium).....	990

**CAPÍTULO 17**

<b>QUERELA NULLITATIS (AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA)</b> .....	<b>993</b>
1. Querela nullitatis: definição e origem .....	993
1.1. Procedimentos que podem ser utilizados para albergar a querela nullitatis .....	996
1.2. A questão da competência para o processamento e julgamento da querela nullitatis...	997
2. O cabimento da querela nullitatis (ação declaratória de inexistência).....	998
3. As hipóteses de cabimento da querela nullitatis .....	1000
3.1. A parcialidade do julgador, o desrespeito às regras constitucionais de competência e a inexistência processual .....	1006
3.2. A carência de ação e a inexistência processual .....	1008
3.3. A falta de citação .....	1009
3.3.1. A falta de formação do litisconsórcio passivo necessário e a .....	1010
3.4. A inconstitucionalidade da norma jurídica, que foi o fundamento de uma decisão judicial transitada em julgado, declarada pelo STF em controle difuso ou concentrado .....	1011
3.5. Os vícios da sentença e a inexistência jurídica .....	1018
3.5.1. A sentença sem dispositivo.....	1018
3.5.2. A sentença ultra e extra petita.....	1021
3.5.3. A sentença sem fundamentação.....	1021
3.5.4. A sentença sem assinatura.....	1022
3.5.5. A sentença não publicada .....	1023
3.5.6. A sentença que não foi remetida ao tribunal para o reexame necessário.....	1023
3.5.7. A reserva de Plenário para a declaração de inconstitucionalidade de norma infraconstitucional e a inexistência jurídica.....	1026
4. A fungibilidade entre a ação rescisória e a querela nullitatis .....	1028
5. Limites da atuação do órgão jurisdicional ao julgar procedente a querela nullitatis.....	1031

**CAPÍTULO 18****SUSPENSÃO DE SEGURANÇA..... 1035**

1. Suspensão de segurança: aspectos preliminares e histórico.....	1035
2. A previsão legislativa do cabimento da suspensão de segurança .....	1038
3. Conceito, natureza jurídica e hipóteses de cabimento .....	1039
4. Requisitos genéricos e específicos da suspensão de segurança .....	1047
5. Competência.....	1050
6. Legitimidade ad causam .....	1053
7. A suspensão coletiva .....	1054
8. A ultra-atividade e a renovação da suspensão de segurança no procedimento do mandado de segurança .....	1055
9. É possível, concomitantemente, interpor agravo e requerer a sustação da eficácia de uma mesma decisão judicial contrária ao Poder Público?.....	1057

**CAPÍTULO 19****INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO  
DE JURISPRUDÊNCIA E INCIDENTE  
DE INCONSTITUCIONALIDADE .....**

<b>1059</b>	<b>1059</b>
1. Incidente de Uniformização de jurisprudência .....	1059
2. Incidente de declaração de inconstitucionalidade .....	1060

## PARTE 4 – TUTELA EXECUTIVA

**CAPÍTULO 1**

<b>TUTELA EXECUTIVA .....</b>	<b>1065</b>
1. Atividade executiva.....	1065
2. A lide executiva.....	1067
3. Natureza jurisdicional da atividade executiva .....	1068
4. A ação de execução .....	1068
5. Admissibilidade e mérito na execução .....	1070
6. Elementos e condições da ação de execução .....	1073
6.1. Legitimidade.....	1073
6.2. Possibilidade jurídica do pedido.....	1074
6.3. Interesse processual .....	1074
6.3.1. Interesse-adequação.....	1074
6.3.2. Interesse-necessidade .....	1075
7. Atos executivos.....	1079
8. Os regimes da execução vigentes no ordenamento brasileiro .....	1080
8.1. Os honorários advocatícios nos diferentes regimes da execução .....	1084
9. Classificações da atividade executiva .....	1085
9.1. Execução imprópria e execução propriamente dita .....	1085
9.2. Execução espontânea e execução forçada .....	1086
9.3. Execução direta e execução indireta .....	1086
9.4. Execução frutífera e execução infrutífera.....	1088
9.5. Execução fundada em título judicial e execução fundada em título extrajudicial.....	1089
9.6. Execução comum e execução especial .....	1089
9.7. Execução definitiva e execução provisória (execução completa, sujeita ou não a restrições, e execução incompleta) .....	1090
10. Princípios ligados à atividade executiva.....	1091
10.1. Princípio do título .....	1092
10.1.1. Princípio da taxatividade dos títulos executivos .....	1097
10.1.2. Princípio da tipicidade dos títulos executivos.....	1098
10.2. Princípio da garantia à tutela efetiva (da efetividade da execução forçada ou do resultado) .....	1099
10.2.1. Princípio da maior (ou da máxima) coincidência possível (ou da execução específica).....	1100
10.2.2. Princípio da atipicidade dos meios executivos (ou da concentração dos poderes de execução do juiz).....	1101
10.3. Princípio da menor onerosidade para o executado.....	1102
10.4. Princípio do contraditório .....	1104
10.5. Princípio da patrimonialidade .....	1105
10.6. Princípio da disponibilidade .....	1107

**CAPÍTULO 2**

<b>TÍTULO EXECUTIVO.....</b>	<b>1113</b>
1. Conceito, pressuposto e funções do título executivo.....	1113
2. Classificação dos títulos executivos .....	1116
2.1. Título judicial.....	1116

2.2.	Título extrajudicial.....	1118
2.3.	Títulos mistos ou parajudiciais .....	1121
3.	Natureza do título executivo.....	1123
4.	Aspecto substancial do título.....	1125
4.1.	Certeza.....	1127
4.2.	Liquidez .....	1128
4.3.	Exigibilidade .....	1130
5.	Títulos executivos em espécie .....	1131
5.1.	Títulos judiciais .....	1131
5.1.1.	A sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia.....	1131
5.1.2.	A sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo .....	1133
5.1.3.	O acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente .....	1134
5.1.4.	O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal .....	1135
5.1.5.	A sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1136
5.1.6.	A sentença arbitral .....	1138
5.1.7.	A sentença estrangeira, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1138
5.2.	Títulos extrajudiciais .....	1139
5.2.1.	A letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.....	1139
5.2.2.	A escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas, o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.....	1141
5.2.3.	Os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida .....	1142
5.2.4.	O crédito decorrente de foro e laudêmio .....	1143
5.2.5.	O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio .....	1144
5.2.6.	O crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	1144
5.2.7.	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei .....	1145
5.2.8.	Todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva .....	1145

**CAPÍTULO 3**

<b>LIQUIDAÇÃO .....</b>	<b>1147</b>
1. Conceito.....	1147
2. Natureza jurídica.....	1149
3. Limites. Aplicação do princípio da fidelidade ao título.....	1150
4. Regimes processuais da liquidação no direito brasileiro .....	1153
5. Competência.....	1155

6.	Legitimidade .....	1155
7.	Espécies .....	1156
7.1.	A liquidação por cálculos .....	1157
7.2.	A liquidação por arbitramento .....	1160
7.3.	A liquidação por artigos .....	1161
8.	Decisão e recurso .....	1162
9.	Liquidação provisória .....	1164
10.	Liquidação de obrigação contida em título extrajudicial .....	1165
11.	Liquidação sem resultado positivo .....	1165

**CAPÍTULO 4****EXECUÇÃO PROVISÓRIA (EXECUÇÃO COMPLETA SUJEITA****A RESTRIÇÕES E EXECUÇÃO INCOMPLETA)..... 1167**

1.	Execução de título provisório .....	1167
2.	A evolução do regime da execução provisória no direito positivo brasileiro .....	1169
3.	A positivação da "execução provisória" de título extrajudicial: execução completa sujeita a restrições ou execução incompleta. Desvinculação do critério de definitividade dos efeitos do título .....	1171
4.	Procedimento da execução provisória .....	1177

**CAPÍTULO 5****COMPETÊNCIA..... 1179**

1.	Introdução .....	1179
2.	Competência para o processamento do cumprimento de sentença .....	1179
2.1.	Competência para a execução fundada em título oriundo do processo judicial civil brasileiro .....	1182
2.1.1.	Competência do STF para a execução de sentença nas causas de sua competência originária .....	1188
2.2.	Competência para a execução fundada em título oriundo de atividade jurisdicional distinta do processo judicial civil brasileiro .....	1189
2.2.1.	Competência para a execução fundada em sentença penal condenatória .....	1190
2.2.2.	Competência para a execução fundada em sentença arbitral .....	1191
2.2.3.	Competência para a execução fundada em sentença estrangeira .....	1192
3.	Competência para o processamento da execução fundada em título extrajudicial .....	1193
3.1.	Competência para a execução fiscal .....	1196
3.2.	Competência para a insolvência civil .....	1199

**CAPÍTULO 6****LEGITIMIDADE E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS ..... 1201**

1.	Introdução .....	1201
2.	Legitimidade ativa .....	1202
2.1.	Legitimidade ativa ordinária primária (ou originária) .....	1202
2.2.	Legitimidade ativa extraordinária .....	1203
2.3.	Legitimidade ativa ordinária derivada (ou superveniente) .....	1205
2.3.1.	Por sucessão causa mortis .....	1206
2.3.2.	Por sucessão inter vivos .....	1207
2.3.3.	Por sub-rogação .....	1208

2.4.	Algumas questões relevantes em torno da legitimidade ativa.....	1209
2.4.1.	A legitimidade concorrente para a execução dos honorários sucumbenciais e a respectiva compensação .....	1209
2.4.2.	A legitimidade do Ministério Público para promover a execução.....	1209
2.4.3.	A legitimidade dos herdeiros do ofendido.....	1213
2.4.4.	A legitimidade do cônjuge supérstite .....	1213
3.	Legitimidade passiva.....	1214
3.1.	Legitimidade passiva ordinária primária (ou originária).....	1214
3.1.1.	Legitimidade passiva ordinária e primária do fiador convencional .....	1215
3.2.	Legitimidade ordinária derivada (ou superveniente).....	1217
3.2.1.	Do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do devedor .....	1218
3.2.2.	Do novo devedor .....	1219
3.2.3.	Do fiador judicial.....	1219
3.3.	A legitimidade do responsável tributário .....	1221
4.	Litisconsórcio.....	1224
5.	Intervenção de terceiros.....	1226
5.1.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo.....	1226
5.2.	Oposição .....	1227
5.3.	Nomeação à autoria.....	1228
5.4.	Assistência .....	1228
5.4.1.	Assistência do fiador com base no art. 834 do Código Civil.....	1231
5.5.	Formas próprias de intervenção de terceiros .....	1234

**CAPÍTULO 7**

<b>RESPONSABILIDADE EXECUTIVA.....</b>	<b>1235</b>
1. Conceito e natureza jurídica .....	1235
2. Limites subjetivos .....	1236
2.1. Responsabilidade primária e responsabilidade secundária .....	1237
2.2. Responsabilidade e legitimidade.....	1238
3. Limites objetivos.....	1239
4. A regulamentação da responsabilidade patrimonial no CPC.....	1241
4.1. Hipóteses de responsabilidade primária .....	1241
4.1.1. Responsabilidade primária do devedor, mesmo que a posse do bem tenha sido transferida a terceiro.....	1241
4.1.2. Do fiador .....	1248
4.2. Hipóteses de responsabilidade secundária .....	1250
4.2.1. Do sucessor a título singular .....	1250
4.2.2. Do sócio, nos termos da lei .....	1252
4.2.3. Do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida .....	1255
4.2.4. Do espólio e dos herdeiros .....	1259
4.3. A situação dos bens alienados em fraude à execução .....	1260
4.3.1. Tipificação .....	1261
4.3.2. Requisitos, características e efeitos .....	1263
4.3.3. Distinção em relação à fraude contra credores .....	1275

**CAPÍTULO 8**

<b>RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE .....</b>	<b>1279</b>
1. Responsabilidade objetiva decorrente da execução fundada em obrigação inexistente .....	1279
2. Responsabilidade decorrente da pretensão sobre obrigação já paga. Pena civil .....	1285
3. Responsabilidade decorrente dos danos decorrentes dos atos executivos considerados indevidos por outras causas .....	1286

**CAPÍTULO 9**

<b>EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE .....</b>	<b>1287</b>
1. Objeto .....	1287
2. A execução fundada em título extrajudicial .....	1288
2.1. Etapa postulatória .....	1289
2.2. Etapa constritiva .....	1290
2.2.1. Conceito e efeitos da penhora .....	1290
2.2.2. Objeto e ordem preferencial da penhora .....	1291
2.2.3. Impenhorabilidade .....	1294
2.2.4. Procedimento da penhora .....	1300
2.2.5. Da avaliação .....	1302
2.2.6. Do depósito .....	1303
2.3. Etapa expropriatória .....	1303
2.3.1. Da adjudicação .....	1303
2.3.2. Da alienação por iniciativa particular .....	1304
2.3.3. Da alienação em hasta pública .....	1304
2.4. Etapa satisfativa .....	1309
3. Execução fundada em título judicial .....	1311
3.1. A multa prevista pelo art. 475-J .....	1311
3.1.1. Natureza jurídica da multa imposta pelo art. 475-J .....	1312
3.1.2. Incidência da multa na execução provisória .....	1313
3.1.3. Necessidade de intimação do devedor para incidência da multa .....	1314
3.2. Indenização por ato ilícito que inclui prestação de alimentos .....	1316
4. Referências .....	1316

**CAPÍTULO 10**

<b>EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>	<b>1319</b>
1. Execução fundada em título extrajudicial .....	1319
1.1. Da execução da obrigação de fazer .....	1319
1.2. Da execução da obrigação de não fazer .....	1320
2. Execução fundada em título judicial .....	1320

**CAPÍTULO 11**

<b>EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA .....</b>	<b>1323</b>
1. Execução fundada em título extrajudicial .....	1323
1.1. Da execução para a entrega de coisa certa .....	1323
1.2. Da execução para a entrega de coisa incerta .....	1325
2. Execução fundada em título judicial .....	1325

**CAPÍTULO 12**

<b>DEFESA DO EXECUTADO .....</b>	<b>1327</b>
1. Os embargos à execução fundada em título extrajudicial .....	1327
1.1. Natureza jurídica dos embargos .....	1328
1.1.1. A classificação dos embargos .....	1330
1.2. Condições da ação e pressupostos processuais dos embargos do executado .....	1332
1.2.1. Legitimidade .....	1332
1.2.2. Intervenção de terceiros .....	1336
1.2.3. Competência .....	1336
1.2.4. Regularidade da petição inicial .....	1339
1.2.5. Tempestividade – prazo de quinze dias contados da juntada do mandado de citação .....	1341
1.2.6. Rejeição liminar dos embargos manifestamente protelatórios .....	1347
1.2.7. Rejeição liminar – extinção dos embargos sem resolução do mérito .....	1348
1.3. O efeito suspensivo dos embargos do executado .....	1349
1.3.1. Os requisitos para suspensão do processo executivo .....	1351
1.3.2. Abrangência objetiva dos embargos e do seu efeito suspensivo .....	1358
1.3.4. Amplitude subjetiva dos embargos e do seu efeito suspensivo .....	1358
1.4. Conteúdo dos embargos do executado .....	1361
1.4.1. Nulidade da execução por ausência de título executivo .....	1361
1.4.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1365
1.4.3. Excesso de execução .....	1365
1.4.4. Cumulação indevida de execuções .....	1367
1.4.5. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis .....	1368
1.4.6. Incompetência, impedimento e suspeição .....	1369
1.5. Procedimento dos embargos .....	1370
1.6. Reconhecimento da dívida e satisfação em prestações .....	1373
1.6.1. Requisitos para o deferimento do parcelamento .....	1375
1.6.2. Abrangência da vedação à oposição dos embargos após o reconhecimento da obrigação .....	1379
2. A impugnação ao cumprimento de sentença .....	1380
2.1. Natureza jurídica .....	1380
2.2. Conteúdo .....	1382
2.2.1. Falta ou nulidade de citação, se o processo correu à revelia .....	1384
2.2.2. Inexigibilidade do título .....	1386
2.2.3. Ilegitimidade das partes .....	1391
2.2.4. Incompetência, impedimento e suspeição .....	1392
2.3. Efeito suspensivo .....	1392
2.4. Prazo para oferecimento da impugnação .....	1394
2.5. Competência .....	1396
2.6. Procedimento .....	1396
2.7. Defesa contra os atos de arrematação, alienação e adjudicação .....	1398
3. A exceção de pré-executividade .....	1398
3.1. A exceção de pré-executividade na atual execução fundada em título extrajudicial .....	1400
3.2. A exceção de pré-executividade no atual cumprimento de sentença .....	1404
3.3. Os honorários advocatícios no caso de acolhimento da exceção de pré-executividade .....	1405
Referências .....	1406



**CAPÍTULO 13**

<b>EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....</b>	<b>1417</b>
1. Execução fundada em título judicial contra a fazenda pública .....	1417
2. Os embargos à execução fundada em título judicial contra a fazenda pública .....	1419
2.1. Conteúdo dos embargos da fazenda pública contra a execução fundada em título judicial .....	1420
2.2. O efeito suspensivo dos embargos da fazenda pública .....	1421
2.3. Prazo.....	1424
2.4. Efeito suspensivo da apelação interposta contra a sentença dos embargos da fazenda pública.....	1424
2.5. Reexame necessário da sentença de improcedência e de rejeição liminar dos embargos da fazenda pública .....	1425
3. A execução fundada em título extrajudicial contra a fazenda pública e os seus embargos.....	1426
4. A exceção de pré-executividade na execução contra a fazenda pública.....	1427

**CAPÍTULO 14**

<b>EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA .....</b>	<b>1429</b>
1. Introdução: conceito de alimentos e suas espécies .....	1429
2. Os dois procedimentos executivos para a tutela dos alimentos.....	1431

**PARTE 5 – TUTELA DE URGÊNCIA****CAPÍTULO 1**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1437</b>
1. Aspectos gerais .....	1437

**CAPÍTULO 2**

<b>ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA TUTELA DE URGÊNCIA.....</b>	<b>1439</b>
1. O processo como método de exercício da função jurisdicional (a necessária adaptabilidade do processo ao direito material).....	1439
2. Tutela de urgência: técnica a serviço da efetividade do processo .....	1440
3. Tutela cautelar e tutela antecipatória (satisfativa): espécies do gênero “tutela de urgência” ...	1444
4. Características comuns à tutela cautelar e à antecipação de tutela.....	1445
4.1. Finalidade comum: garantir o acesso à ordem jurídica justa .....	1446
4.2. Sumariedade da cognição .....	1447
4.3. Provisoriedade.....	1454
4.4. Revogabilidade .....	1456
5. A tutela de urgência e os momentos em que pode ser deferida.....	1462
5.1. Medida Liminar .....	1462
5.1.1. As chamadas medidas liminares inaudita altera parte e o contraditório .....	1465
5.2. Após o contraditório do réu .....	1467
5.3. Na sentença.....	1468
5.4. Em sede recursal .....	1469
6. Responsabilidade patrimonial .....	1469
7. Execução das tutelas de urgência .....	1472

## CAPÍTULO 3

<b>A TUTELA CAUTELAR .....</b>	<b>1477</b>
1. Tutela cautelar .....	1477
2. Jurisdição cautelar .....	1478
3. Ação cautelar .....	1478
4. Processo cautelar .....	1479
5. Medida cautelar .....	1481
5.1. Medidas cautelares preparatórias (rectius: antecedentes) e incidentes .....	1481
5.2. Medidas cautelares nominadas e inominadas (o poder geral de cautela) .....	1482
5.3. Medidas cautelares de natureza jurisdicional e de natureza administrativa .....	1483
5.4. Medidas cautelares quanto ao seu objeto (classificação clássica de Calamandrei) .....	1485
6. Tutela cautelar: peculiaridades .....	1486
6.1. Instrumentalidade ao quadrado (instrumento do instrumento) .....	1486
6.2. Acessoriedade .....	1488
6.3. Autonomia .....	1491
7. Requisitos para a concessão da medida cautelar .....	1492
7.1. Condições da ação – breve revisitação ao seu conceito .....	1492
7.1.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	1494
7.1.2. Legitimidade ad causam .....	1495
7.1.3. Interesse processual .....	1498
7.2. Pressupostos processuais .....	1499
7.2.1. Competência .....	1499
7.2.2. Petição Inicial .....	1502
7.2.3. Capacidade Postulatória .....	1504
7.3. O mérito cautelar .....	1504
7.3.1. Fumus boni iuris .....	1505
7.3.2. Periculum in mora .....	1506
7.3.3. Periculum in mora inverso .....	1507
7.3.4. A contracautela .....	1508
7.3.5. Defesa .....	1510
8. Eficácia das medidas cautelares .....	1511
9. Procedimentos cautelares específicos (medidas cautelares nominadas ou típicas) .....	1518
9.1. Arresto .....	1518
9.1.1. Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade .....	1518
9.1.2. Procedimento e efeitos da concessão da medida: .....	1519
9.2. Seqüestro .....	1520
9.2.1. Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade .....	1520
9.2.2. Procedimento e efeitos da concessão da medida: .....	1521
9.3. Caução .....	1521
9.3.1. Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade .....	1521
9.3.2. Procedimento e efeitos da concessão da medida: .....	1522
9.4. Busca e apreensão .....	1522
9.4.1. Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade .....	1522
9.4.2. Procedimento e efeitos da concessão da medida: .....	1523
9.5. Exibição de documento ou coisa .....	1523
9.5.1. Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade .....	1523

9.5.2.	Procedimento e efeitos da concessão da medida:.....	1524
9.6.	Produção antecipada de provas .....	1524
9.6.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1524
9.6.2.	Procedimento e efeitos de concessão da medida.....	1525
9.7.	Alimentos provisionais .....	1526
9.7.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1526
9.7.2.	Procedimento e concessão da medida .....	1527
9.8.	Arrolamento de bens.....	1527
9.8.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1527
9.8.2.	Procedimento e concessão da medida .....	1528
9.9.	Justificação .....	1528
9.9.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1528
9.9.2.	Procedimento e concessão da medida .....	1529
9.10.	Protestos, notificações e interpelações.....	1529
9.10.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1529
9.10.2.	Procedimento e concessão da medida: .....	1530
9.11.	Homologação do penhor legal .....	1530
9.11.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1530
9.11.2.	Procedimento e concessão da medida .....	1531
9.12.	Posse em nome do nascituro .....	1531
9.12.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1531
9.12.2.	Procedimento e concessão da medida .....	1532
9.13.	Atentado.....	1533
9.13.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1533
9.13.2.	Procedimento e concessão da medida .....	1533
9.14.	Protesto e apreensão de títulos .....	1534
9.14.1.	Cabimento (interesse-adequação), objeto e legitimidade.....	1534
9.14.2.	Procedimento e concessão da medida: .....	1534
 <b>CAPÍTULO 4</b>		
<b>A TUTELA ANTECIPADA .....</b>		<b>1535</b>
1.	Breve histórico da antecipação de tutela no direito brasileiro .....	1535
2.	Tutela antecipada: características.....	1536
2.1.	Satisfatividade .....	1536
2.2.	Incidentalidade .....	1538
3.	Requisitos para a concessão da antecipação de tutela.....	1539
3.1.	Requerimento da parte .....	1541
3.2.	Relação entre os efeitos que se quer antecipar e o pedido principal da demanda.....	1544
3.3.	Verossimilhança das alegações.....	1546
3.4.	Prova inequívoca .....	1548
4.	Reversibilidade da medida e garantia.....	1549
5.	As causas de pedir da tutela antecipada .....	1553
5.1.	Urgência (art. 273, I).....	1553
5.2.	Abuso do direito de defesa (art. 273, II).....	1554
5.3.	Incontrovérsia (art. 273, § 6º) .....	1556

**CAPÍTULO 5**

<b>A FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS DE URGÊNCIA .....</b>	<b>1561</b>
1. A fungibilidade das tutelas de urgência: sentido da expressão .....	1561

**CAPÍTULO 6**

<b>A TUTELA DE URGÊNCIA NOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>1567</b>
1. Premissas para o estudo da tutela de urgência nos tribunais .....	1567
1.1. As competências exercidas pelos tribunais .....	1567
1.2. Os requisitos para o deferimento da tutela de urgência nos tribunais .....	1568
2. A tutela de urgência recursal; aspectos introdutórios.....	1570
2.1. O chamado efeito ativo ou efeito suspensivo ativo do recurso.....	1573
3. A tutela de urgência no agravo de instrumento .....	1574
3.1. A irrecorribilidade da decisão que converte o agravo de instrumento em agravo retido e da decisão que aprecia o pedido de tutela de urgência no agravo de instrumento.....	1577
4. A tutela de urgência na apelação .....	1580
4.1. Competência para a apreciação da tutela de urgência na apelação .....	1581
5. O mandado de segurança contra ato judicial e o requerimento de efeito suspensivo aos recursos que não o possuem (Agravo Interno, Recurso Especial e Recurso Extraordinário) .....	1582
6. A tutela de urgência nas ações cíveis de competência originária.....	1589
6.1. Ação Rescisória.....	1589
6.2. Mandado de Segurança.....	1593
7. A tutela de urgência nos incidentes processuais .....	1597
7.1. Conflito de competência .....	1597
7.2. Suspensão de segurança .....	1597
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>1599</b>